

**REFLEXÕES SOBRE LITERATURA INDÍGENA
E O VIÉS FEMINISTA NA OBRA “METADE CARA, METADE
MÁSCARA”, DE ELIANE POTIGUARA**

Francinilde Pereira dos Santos Furtado (UNITINS)
pereirafurtado2@gmail.com

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos as vivências e experiências dos povos originários buscando compreender o processo histórico e social através do posicionamento feminino, já que na estrutura da sociedade a que estão inseridos são de opressão e marginalização. O ponto central das nossas discussões aqui apoia-se em reflexões oriundas da literatura indígena feminista representada pela obra “Metade cara, metade máscara”, da escritora indígena Eliane Potiguara. Um livro de caráter polifônico, contendo em sua composição vários gêneros textuais veiculando uma poética estruturada a partir do ponto de vista do perspectivismo indígena. Para corroborar com essas ideias, nos apoiamos em pensadores como, Ailton Krenak (2019), Viveiros de Castro (2014), Darcy Ribeiro (1995), entre outros.

Palavras-chave:

Feminismo. Literatura. Povos indígenas.

RESUMEN

En esta investigación, analizamos las experiencias de los pueblos originarios, buscando comprender el proceso histórico y social a través de la posición femenina, ya que la estructura de la sociedad en la que están insertos es de opresión y marginación. El punto central de nuestras discusiones aquí se basa en reflexiones derivadas de la literatura feminista indígena representada por la obra “Metade cara, metade máscara”, de la escritora indígena Eliane Potiguara. Un libro polifónico, que contiene varios géneros textuales en su composición, que transmite una poética estructurada desde el punto de vista del perspectivismo indígena. Para corroborar con estas ideas, nos apoyamos en pensadores como Ailton Krenak (2019), Viveiros de Castro (2014), Darcy Ribeiro (1995), entre otros.

Palabras clave:

Feminismo. Literatura. Pueblos indígenas.

1. Introdução

Esse artigo expressa parte dos resultados do trabalho realizado dentro do escopo de estudos do grupo de pesquisa do curso de Letras da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), *Campus* Araguatins, intitulado “Poéticas discursivas em textos de autores representativos dos povos originários brasileiros”.

O ponto central das nossas discussões aqui apoia-se em reflexões oriundas da literatura indígena feminista representada pela obra *Metade cara, metade máscara*, de Eliane Potiguara. Trata-se de um livro de caráter polifônico, contendo em sua composição vários gêneros textuais veiculando uma poética estruturada a partir do ponto de vista do perspectívismo indígena.

Nosso trabalho se estrutura sob a premissa de que a literatura é uma forma artística de liberdade que desafia as opressões sociais, raciais e de gênero. A ideia de direito à literatura, como propõe Antônio Cândido (2011), contextualiza culturalmente e socialmente a arte literária como forma de dar voz e vez a grupos estigmatizados, tanto no nível de produção quanto no nível de fruição.

Observa-se que as mulheres formam um grupo que enfrenta cotidianamente os preconceitos machistas da sociedade e, quando se trata de indígenas o silenciamento imposto ao gênero feminino é ainda maior. Portanto temos a convicção de que a literatura é capaz de fazer com que as vozes femininas e feministas sejam lançadas e ouvidas. Assim consideramos que este estudo pode contribuir para a valorização da literatura feita por mulheres indígenas através de reflexões realizadas sobre o ponto de vista literário e feminista.

2. Processo de colonização e subjugação dos povos originários

A história política e cultural do Brasil, baseada na colonização do português a partir da invasão do território dos indígenas que habitavam há milênios estas terras, que a partir do ano de 1500 serão nomeadas de Brasil, e da escravização desses mesmos indígenas, juntamente com a escravização dos povos negros traficados da África, deu origem a uma nação em que há a valorização cultural de certos grupos que compõem a sociedade e há a estigmatização de outros. De modo geral, a cultura de origem europeia é supervalorizada em detrimento das culturas indígena e africana. E dentro dos grupos estigmatizados, observam-se ainda outras subdivisões de condições de estigmatização, tais como a pobreza e a posição inferiorizada da figura feminina em uma sociedade organizada segundo preceitos patriarcais e machistas.

Visto que o processo histórico da formação do Brasil coloca os indígenas em espaços de submissão senhorial e de escravidão, induzindo à perda dos sentidos culturais dos povos originários de forma abrupta,

desconfigurando-os para integrá-los no “Novo Mundo”, atualmente esse grupo reivindica seu “lugar de fala” na tentativa de resgate das subjetividades e da valorização das significações ancestrais. Djamilia Ribeiro (2017, p. 39) explica que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”.

A formação do Brasil não inicia com a chegada dos portugueses, pois essas terras já eram habitadas pelos nativos. A chegada do homem branco à Terra de Vera Cruz, que depois seria denominada Brasil, foi um choque cultural. Com as grandes expedições marítimas, os portugueses identificaram aqui grandes riquezas, desde a flora, a fauna, espaço para a expansão territorial portuguesa e a propagação da fé cristã entre os gentios, esta última, uma ação intrínseca à Igreja Católica que àquela altura entrava em crise por conta da Contrarreforma liderada por Martinho Lutero. Desde o início a intenção do colonizador foi subjugar os povos existentes na terra para benefício da Coroa Portuguesa. Os estrangeiros ou recém-chegados tinham, (e podemos dizer que até hoje têm) uma visão capitalista com obsessivas intenções de lucro, ambições e conquista de territórios com vistas a privilégios explícitos. Dessa forma, a filosofia de vida adotada pela sociedade comum, ao longo da história a partir do início da colonização, se caracteriza como uma corrida de quem consegue mais para obtenção de maior poder e conseqüente destaque social, e não focaliza no que fazer com o que já se tem, mas o que fazer para ter mais. Pretende-se juntar e acumular, desconsiderando a natureza nutridora de antepassados e das gerações atuais e futuras.

O choque dos europeus com as culturas indígenas pode ser entendido, com a contribuição do pensamento de Darcy Ribeiro (1995), pela consideração de acontecimentos em três esferas: epistêmica, material e biológica. O plano epistêmico seria o pensamento do indígena sobre seu corpo e suas extensões, sobre o que sentem e veem, estando relacionado com sua posição no mundo e com a espiritualidade, que foi abalado pelos planos da Corte com o Conselho Ultramarino e pela Igreja Católica através do Santo Ofício. O resultado desse abalo é uma crise existencial frente às ideologias do pensamento explorador. A outra esfera, que chamaremos de material, configura-se na sanha do colonizador em tomar para si as riquezas da terra. Essa esfera é caracterizada por conflitos conduzidos por quem possui armamentos sofisticados contra um povo munido de instrumentos de guerra primitivos, configurando assim a técnica da escravidão e desumanização dos povos indígenas. Darcy Ribeiro (1995, p. 53) explica que

“para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão”. A esfera biológica é formada com a chegada à terra, dos portugueses fétidos e infectos, que transmitiram diversos tipos de doenças aos indígenas, configurando uma guerra bacteriológica contra o corpo do indígena sadio. Assim, os indígenas foram e continuam sendo em grande parte massacrados por assassinatos, suicídios em massa, doenças físicas e psicológicas, surtos de loucura e problemas com a baixa autoestima.

3. A visão de mundo sob o perspectivismo indígena

De modo geral, pode-se caracterizar a visão indígena de mundo, expressa nas histórias, poemas e narrativas produzidas pelas culturas ameríndias, a partir do conceito de “perspectivismo”, desenvolvido pelo antropólogo Viveiros de Castro no livro *A inconstância da alma selvagem* (2014). Este autor expõe a simbologia da natureza sob o ponto de vista indígena, como uma constelação de formas que se apresentam diferentes segundo o ângulo de visão de cada pessoa e, pessoa, aqui, significa uma qualidade espiritual atribuída a todos os seres, humanos ou não. Para os indígenas os homens não diferem dos animais, ambos compõem a natureza e não há espaço para um ser melhor que outro, como é pregado por nossa cultura capitalista, em que as coisas se apresentam como mercadoria. Nós dividimos as coisas como materiais e imateriais, descartando as subjetividades dos elementos constituintes do universo. Os indígenas, por sua vez, apresentam uma visão diferente sobre o mundo. Para eles, a vida transcende a matéria. As árvores e os animais são vidas que não devem ser compreendidas como “produtos estáticos” e com valor capital, mas, assim como nós, são elementos importantes da vida natural, incluindo suas marcas culturais.

Vê-se que na visão eurocêntrica os seres humanos se põem no centro do mundo, considerando-se à parte da natureza. Esse posicionamento de antropocentrismo é fadado ao desgaste dos próprios recursos que o sustenta. Corroborando com essa ideia, o pensador indígena Ailton Krenak diz:

Outro dia estava falando sobre as pessoas que têm vergonha de abraçar uma árvore. Ora, eu vejo tanta gente abraçando um automóvel por exemplo. Você já viram essas campanhas de lançamentos de carros novos? O carro só falta..., aliás, não falta nada, as pessoas é que estão dispostas a se relacionar com esse equipamento como se ele fosse uma outra pessoa, mas têm vergonha de abraçar uma árvore. São outras percepções que importam.

Nós conversamos com rios e montanhas. Tem gente que gosta de conversar com carro. (KRENAK, 2020, p. 27)

Krenak (2019, p. 14) explica que “tudo é natureza”, pois enquanto a humanidade se dissocia do organismo natural para a sustentação da artificialidade, a natureza tem demonstrado seus limites diante da depredação do planeta. No Brasil, por exemplo, em 2015, com o rompimento da barragem em Mariana-MG, sentiram-se os impactos ambientais e consequentemente na vida humana, quando a vida em 230 municípios foi ameaçada pelos resíduos de lama da mineradora que infiltrou nos reservatórios e quase extinguiu o rio Doce, que abastece de água esses municípios. Para o indígena:

[...] o rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa). (KRENAK, 2019, p. 29)

Quando o Watu foi contaminado pelo material tóxico, Krenak (2019) usou a expressão “órfãos” para designar o acompanhamento do rio em coma.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. (KRENAK, 2019, p. 33)

Desse ponto de vista, quando não colocamos a natureza como sujeito fundamental integrado à nossa própria sobrevivência, estamos nos pondo em posição de risco, pois nós fazemos parte dessa natureza e nos nutrimos dela, e se ela está ameaçada nós também estaremos. Por mais avançada que esteja a tecnologia, ela não nutrirá os seres humanos, pois até a base de sustentação tecnológica está envolvida em elementos retirados da natureza.

Da intolerância surgida da não aceitação de perspectivas diferentes é que nascem os preconceitos e as discriminações. Com a falta de políticas públicas eficientes, muitos indígenas saem dos ambientes originais para tentar melhores condições de vida nos centros urbanos. Fora do ambiente natural ingressam em situações adversas, como Eliane Potiguara (2018) menciona no livro “Metade cara, metade máscara” e, ao mesmo tempo, quando decidem ficar na terra, em seu espaço territorial, correm o risco das autoridades, fazendeiros e latifundiários ameaçarem suas vidas.

4. Literatura e afirmação de identidade social

A literatura é um importante elemento de afirmação de identidade social. Como uma necessidade universal muitas vezes inconsciente, ela surge para todos e com todos através das mais simples narrativas até às complexas construções artísticas. Para Antônio Cândido:

[...] a literatura são “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações”. (CÂNDIDO, 2011, p. 76)

Assim, pode-se considerar que a literatura aparece como um tipo de ação cultural que cria, denuncia, critica, estando aberta a sentimentos diversos como indignação e inconformismo. O estilo literário também faz panoramas da realidade da época, levando em consideração o espaço inserido por grupos, gêneros e classes.

Os primeiros escritos literários que contemplam de alguma forma as subjetividades indígenas datam do período do Romantismo, quando se tem a primeira discussão sobre os mais pobres e a invisibilidade desses grupos. Sobre esse período Alfredo Bosi (2015, p. 67) explica: “a natureza romântica é expressiva (...) Ela significa e revela”. Portanto, mostra uma tentativa de tornar visível o que está sendo camuflado na sociedade.

O Romantismo, que surge em meados do século XIX, traz a perspectiva nacionalista de valorização da identidade brasileira através da construção de idealização dos aviltados pelo patriarcalismo. Assim os escritores constroem um perfil idealizado dos indígenas, criando uma literatura indianista, a qual se caracteriza como uma literatura produzida pelo ângulo de visão do homem “branco” pensando e idealizando o ameríndio:

[...] Esse escritor, por sua vez, é alguém que possui uma trajetória e uma posição social. Mas se ele, como dizia Barthes, é o que fala no lugar de outro, não podemos deixar de indagar quem é, afinal, esse outro, que posição lhe é reservada na sociedade, e o que seu silêncio esconde. Por isso, cada vez mais, os estudos literários (e o próprio fazer literário) se preocupam com os problemas ligados ao acesso à voz e à representação dos múltiplos grupos sociais. Ou seja, eles se tornam mais conscientes das dificuldades associadas ao lugar da fala: quem fala e em nome de quem. Ao mesmo tempo, discutem-se as questões correlatas, embora não idênticas, da legitimidade e da autoridade (palavra que, não por acaso, possui a mesma raiz de “autoria”) na representação literária. (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 19-20)

Contribuindo com essa ideia sobre a importância da autonomia

literária, em que a condição do sujeito que fala é de protagonista da narrativa, notada pela representação de uma literatura combatente, a indígena Graça Graúna explica a situação atual, ainda bastante desfavorável, em que o autor indígena e o autor negro se insere:

Século XXI: a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma com que a situação dos seus escritores e escritoras continua sendo desrespeitada. A situação não é diferente com relação aos escritores negros e afrodescendentes. Essa questão ainda não se livrou do prisma etnocentrista. Como se pode ver, a situação do(a) escritor(a) negro(a) e indígena não está despartada da realidade. A sua história de vida (autohistória) configura-se como um dos elementos intensificadores na sua crítica-escritura, levando em conta a história de seu povo. Sendo assim, as especificidades da literatura indígena, tanto quanto as particularidades da literatura africana devem ser respeitadas em suas diferenças (GRAÚNA, [s.d.], p. 2)

Os grupos indígenas, como integrantes de culturas orais, sempre fizeram tradicionalmente sua literatura, que era repassada através de poemas e narrativas contadas de pais para filhos e carregada de ancestralidade. Para exemplificar isso, a autora indígena Márcia Kambeba (2018, p. 41) diz que “a literatura na vida dos povos sempre se fez presente, a primeira forma foi através das rodas de conversa ao pé de uma árvore e sempre ao cair da noite”.

A literatura oral é de estilo envolvente e marcada pela cultura popular, com influências plurais quando levada em consideração a história e a cultura dos povos. Câmara Cascudo explica:

A Literatura Oral brasileira se comporá dos elementos trazidos pelas três raças para a memória e uso do povo atual. Indígenas, portugueses e africanos possuíam cantos, danças, estórias, lembranças guerreiras, mitos, cantigas de embalar, anedotas, poetas e cantores profissionais, uma já longa e espalhada admiração ao redor dos homens que sabiam falar e entoar. (CASCU DO, 2012, p. 20)

No momento histórico atual os grupos subalternizados reivindicam seu lugar de fala e disseminam seus discursos em distintos lugares. As histórias, poemas, canções e textos desses povos marginalizados formam hoje uma dinâmica importante no contexto da produção literária brasileira. Nota-se uma vertente múltipla quando se partilha de uma literatura disseminada que agora, além de falada é também escrita, e ainda passa a ser veiculada, tanto de forma escrita quanto oral, virtualmente, pelos canais digitais da cibercultura, ampliando os horizontes de seu alcance.

Considerada uma arte representativa dos saberes e emoções humanísticas de embates individuais e coletivos, a literatura torna-se integrante e constituinte daquilo que forma o ser humano em suas dimensões

psicológica e social. Nesse sentido, Antônio Cândido (2011, p. 177) diz que a literatura “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”.

5. *Feminismo indígena*

Historicamente as mulheres são colocadas em nível inferior ao gênero masculino. Isso acontece em todos os âmbitos sociais em que as mulheres são comparadas aos homens. Contra essa conjuntura, mulheres se juntam e se organizam com o objetivo de se posicionar como sujeitos protagonistas na sociedade. Há, no entanto, distância de concepção conforme o feminismo se expressa pelo discurso de uma mulher branca ou de uma mulher indígena.

A mulher enquadrada em grupos socialmente minoritários, além de ser mulher, está incluída em grupos que possuem pouco acesso à voz no sentido de ser ouvida e com pouca visibilidade no sentido de se constituir como sujeito crítico. Além disso, no próprio feminismo há lacunas quando as próprias mulheres tendem a se dividir para que suas vozes passem a ser ouvidas. Por isso, se faz pertinente a particularidade do feminismo de mulheres indígenas.

No final do século XX, as mulheres indígenas se emponderaram através dos mecanismos políticos e participativos disponíveis, com o objetivo de trazer à tona suas realidades e necessidades para a sociedade e para a própria comunidade em que estão inseridas. Segundo Selma Gomes no *site* Outras Mídias (2020, [s.p.]), “em fevereiro de 2020, o Instituto Socioambiental (ISA) mapeou 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações indígenas que possuem departamentos de mulheres, totalizando 92 organizações, presentes em 21 estados do país”. Com a movimentação dessa bancada, já é possível discutir e contribuir sobre/com as temáticas desenvolvidas e abordadas, desde a abrangência política até a arte produzida por elas.

As manifestações dessas mulheres são importantes na construção de um protagonismo alicerçado nos interesses específicos e significativos à realidade dos principais sujeitos que, de acordo com Dutra e Mayorga (2019):

Ao mesmo tempo em que são protagonistas nas discussões e reivindicações mais gerais dos povos indígenas – como a luta pela demarcação das terras – as mulheres inserem nos debates de decisões e políticas públicas temas como violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e

financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, o combate ao racismo, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros. (DUTRA; MAYORG, 2019, p. 114)

Assim, pouco a pouco, mulheres indígenas vão construindo sua posição político-social partindo dos conhecimentos revelados pela análise do ambiente em que estão inseridas e as formas em que são tratadas.

6. *Metade cara, metade máscara, de Eliane Potiguara*

A escritora, poeta e professora Eliane Potiguara nasceu em 29 de Setembro de 1950, é indígena de origem étnica Potiguara. Em 1988, criou o Grupo Mulher-Educação Indígena (GRUMIN), com a finalidade de tornar as mulheres indígenas livres para exercer funções políticas, sociais e culturais, de acordo com a liberdade garantida pelos Direitos Humanos. Foi nomeada como uma das “Dez Mulheres do Ano de 1988” e Embaixadora Universal da Paz, em Genebra. Através da dedicação e empenho por meio das lutas pela conquista da visibilidade da mulher indígena, ela conquistou indicações, prêmios e títulos, tais como a Cidadania Internacional, em 1996. Escreveu obras como “A Terra é a mãe do índio” (1989), “Aka-jutibiró” (1994), “Metade cara, metade máscara” (2004), “O coco que guardava a noite” (2012), entre outras obras.

O livro “Metade cara, metade máscara” (2018) é dedicado à avó de Eliane Potiguara, Maria de Lourdes, sendo dividido em 7 capítulos que tratam de questões como, a identidade indígena, a valorização da natureza e a ancestralidade do povo indígena.

A escrita de Eliane Potiguara, nessa produção, surge da necessidade de ser ouvida, submetendo-se ou adaptando-se linguisticamente ao português brasileiro formal, apresentando um rico simbolismo ao longo das páginas. A composição literária híbrida é feita através de discursos mesclados de liberdade formal, utilizando gêneros textuais diversos ao contextualizar fatos históricos e culturais dos povos indígenas. Aqui aparecem narrativas, relatos biográficos, análises e poesias. Essa forma de escrita provoca uma quebra da noção do paradigma da literatura tradicional ou convencional de origem europeia, que teoriza uma literatura enquadrada em gêneros bem delimitados.

Aqui analisamos elementos presentes no Capítulo I, intitulado “Invasão às terras indígenas e a migração”, e que são recorrentes ao longo de toda a obra. Esse capítulo trata do impacto das ações colonizadoras frente

ao posicionamento indígena, deixando em evidência a questão da violência, migração e as consequências dessas ações. A autora apresenta dados estatísticos e numéricos sobre ocorrências cometidas contra indígenas, tanto do ponto de vista histórico geral, quanto através dos relatos familiares, abrangendo ângulos sociais, humanísticos e filosóficos.

A separação da família, a desvalorização do âmbito da cultura ancestral, a mulher indígena posta em posição de inferioridade, principalmente no campo urbano, é abordada e debatida neste capítulo mediante o desenvolvimento misto de discursos de pensamento sociológico em confluência com o gênero biográfico e a poesia. É posta em evidência a ancestralidade de Potiguara quando revela que na segunda metade do século XX, o índio X, pai da avó Maria de Lourdes a quem ela dedica esse livro, é assassinado por lutar contra a invasão das terras tradicionais nordestinas: “Amarraram-lhe pedras aos pés, enfiaram um saco em sua cabeça e o arremessaram ao fundo das águas do litoral paraibano” (POTIGUARA, 2018, p. 24). A família parte em retirada e enfrentara diversos desafios. Maria de Lourdes foi abusada sexualmente pelo colonizador e tornou-se mãe aos 12 anos. Teve que criar os filhos sozinha. O cenário urbano foi espaço para discriminação, preconceito e racismo que se perpetuaram na vida da sua filha, Elza. A neta, a menina Potiguara, fez os estudos voltados à defesa indígena e constituiu-se em trabalhos notórios, mas não fáceis de serem produzidos e publicados, dando voz a quem ficou por tanto tempo silenciado.

A opressão regida contra o psicológico dos ameríndios gerou suicídio em massa, assassinatos, violências, desintegrações e muito medo. Neste capítulo, a autora apresenta alguns poemas abordando essa questão. Dentre eles destaca-se o poema “Invasão” (POTIGUARA, 2018, p. 33):

INVASÃO

Quem diria que a gente tão guerreira
Fosse acabar um dia assim na vida.

Quem diria que viriam de longe
E transformam teu homem
Em razão para as rapinas.

Quem diria que sobre os escombros
Te esconderias e emudecerias teu filho – fruto do amor.

Cenário macabro te é reservado.
Pra que lado tu corres,
Se as metralhadoras e catanas e enganos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Te cegam e te mutilam?

É impossível que mulher guerreira
Possa ter seu filho estrangulado
E seu crânio esfacelado!

Quem são vocês que podem violentar
A filha da terra
E retalhar suas entranhas?

O poema possui 6 estrofes divididas em 2, 3 e 4 versos, não sendo estabelecido padrão de organização métrica e de rima em cada verso. Nota-se que há a irregularidade na quantidade de sílabas em cada verso, porém, tendendo para a variação para mais, ou para menos, sempre em torno de 10 sílabas poéticas, o que liga a sua forma aos ritmos tradicionais e históricos da poesia em língua portuguesa que, desde a Idade Média, apresenta uma preferência para 5 ou 7 sílabas, como vemos nas cantigas medievais, e que são dobrados para 10 na preferência formal a partir do Classicismo humanista. Percebe-se também uma tendência para a regularidade rítmica nos acentos silábicos, por exemplo, sempre a terceira sílaba da maioria dos versos, é a forte. Embora não haja rimas expressas no poema, percebem-se aliterações, ou seja, repetições de consoantes e também de algumas vogais no interior dos versos, que formam um conjunto poético de grande musicalidade, porque essas aliterações coincidem com os acentos poéticos.

É notório que se trata de uma poesia ligada à tradição oral, de caráter bastante espontâneo na utilização da língua portuguesa. Essa confluência poética vinda do processo histórico reflete o pensamento crítico associado ao sentimento do povo indígena invadido. É importante acrescentar que o eu poético toma a si a denúncia de um desequilíbrio surgido com a chegada do homem branco e fala diretamente ao leitor, delineando o sentimento de indignação quando usa o ponto de interrogação.

Percebe-se o sentimento de surpresa e indignação pela imagem representativa de contraste entre o que estava aqui na terra e o invasor. O indígena como ser forte, guerreiro, cheio de luz, se vê oprimido, silenciado e acuado, transformado em ração, em alimento para as rapinas. O europeu, estrangeiro, invasor, opressor, trouxe a penúria à terra, estando remetido à própria figura da rapina, ave símbolo da fatalidade. Nesse confronto paradoxal, a dicotomia entre morte e vida é muito forte. A morte “invade”, de forma ilegítima o campo da vida quando o cenário passa a ser macabro,

quando as ações europeias de mutilação, e estrangulamento contra indígenas tornam-se evidentes e as práticas violentam o povo que vivia em terra própria.

A principal imagem destacada no poema é a da mulher, ocupando duas posições: a de mulher mãe dos indígenas, a que vê o filho sofrendo as consequências do abuso do invasor e a mulher filha da terra, a qual tem suas entranhas retalhadas. Aqui a imagem da mulher relaciona-se simbolicamente com a terra em sua função tradicional de feminilidade e doadora da vida, identificada com o território que virá a ser chamado Brasil que, infelizmente é violentada por uma imagem masculina degradada, qual seja, o europeu que se apropria da terra.

7. Considerações finais (ou Conclusão)

Ao longo do nosso trabalho de pesquisa levamos em consideração o processo histórico formativo do Brasil, focalizando a questão indígena como o lugar específico da contraparte colonizadora, caracterizando o processo de colonização por um lado, e apresentando o perspectivismo indígena por outro.

Tratamos também mais especificamente sobre o apagamento da participação das mulheres nessa história e da importância do posicionamento feminista no enfrentamento dos preconceitos contra a mulher indígena.

A partir desse contexto, a discussão apoiou-se em duas temáticas amplas a saber, a literatura como fonte de liberdade de produção participativa na cultura, e o feminismo como movimento de mulheres em prol dos direitos cidadãos. Para tanto, foram analisados aspectos presentes no livro *Metade cara, metade Máscara*, da escritora indígena Eliane Potiguara, pertinentes à discussão apresentada.

Finalmente esperamos que este trabalho contribua para a ampliação do espaço necessário ao pleno reconhecimento do valor das literaturas de autoria feminina dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. Vários escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 1. ed. digital. São Paulo: Editora Global, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. *Letras de Hoje*, v. 42, n. 4, p. 18-31, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/4110/3112>.

DORRICO, Julie *et al.* *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Fi, 2018.

DUTRA, Juliana Cabral de O; MAYORGA Cláudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 113-29, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TmkJTj6vTNMxpzhB3jhbPjK/?lang=pt&format=pdf>.

GOMES, Selma. A possível emergência de um feminismo indígena. *Outras Mídia*, Instituto Socioambiental. Publicado: 07/08/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-possivel-emergencia-de-um-feminismo-indigena/>. Acesso em: 23 de setembro 2021.

GRAÚNA, Graça. *Literatura Indígena: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direi/tosmilitantes/ggrauna/ggrauna_lit_indigena_desconstruindo.pdf.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras, 2019.

_____. *Caminhos para a cultura do bem viver*. Organização Bruno Maia, 2020.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 3. ed. Rio de Janeiro-RJ: Grumim, 2018.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: Lugar de fala?*. Belo Horizonte-MG: Letramento, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.